

HABEAS CORPUS Nº 515.315 - PR (2019/0167763-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
PAULA GREIN DEL SANTORO - PR058146
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : RAFAEL RODRIGUES DE LIMA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RAFAEL RODRIGUES DE LIMA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Apelação Criminal n. 0006483-26.2015.8.16.0058).

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, pela prática do crime inserto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal, à pena de 13 anos e 9 meses de reclusão, no regime inicial fechado.

Interposta apelação pela defesa, foi negado provimento ao recurso em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 50/51):

APELAÇÃO CRIMINAL - HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO - CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI - INCONFORMISMO DEFENSIVO - ALEGAÇÃO PRELIMINAR DE NULIDADE POR INÉPCIA DA DENÚNCIA - NÃO CONHECIMENTO - MATÉRIA APRECIADA E CONSIDERADA IMPROCEDENTE EM RECURSOS ANTERIORES NOS MESMOS AUTOS - SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA - PRECLUSÃO (ART. 564, IV, C/C ART. 569, CPP) - PEDIDO DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR FALTA DE DELIMITAÇÃO DOS TEMAS OBJETOS DE APELO - DESCABIMENTO - DELINEAMENTO DAS TESES A PARTIR DAS RAZÕES RECURSAIS, DENTRO DOS PRESSUPOSTOS EXIGIDOS PELO ART. 593, III, CPP, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DO TANTUM DEVOLUTUM, QUANTUM APELLATUM - PLEITO, PELA PGJ, DE RECONHECIMENTO DA INTEMPESTIVIDADE DAS RAZÕES RECURSAIS - DESACOLHIMENTO - MERA IRREGULARIDADE - PRELIMINAR DE RECONHECIMENTO DE NULIDADE DA SESSÃO DE JULGAMENTO, ANTE A MENÇÃO DE SUPOSTO INQUÉRITO POLICIAL CONTRA O APELANTE QUE NÃO CONSTA DO PROCESSO (ART. 479, CPP) - NÃO CONFIGURAÇÃO - PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DOTADO DE CARÁTER PÚBLICO, QUE NÃO INFLUIU NA APURAÇÃO DOS FATOS DESTA CAUSA - AUSÊNCIA DE

DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO À DEFESA (ARTS. 563 E 566, CPP) - INVOCAÇÃO DA TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA - INVIABILIDADE - DECISÃO DOS JURADOS QUE TEM POR BASE O CONJUNTO PROBATÓRIO REUNIDO NO FEITO - SOBERANIA DO VEREDICTO DO CONSELHO DE SENTENÇA - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

Alega a Defensoria Pública na presente impetração que o julgamento realizado pelo Tribunal do Júri deve ser anulado, pois "*o Órgão Ministerial mencionou inquérito policial instaurado contra o Recorrente, sem que tal inquérito estivesse juntado aos autos, conforme ordena a lei*" (e-STJ fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, a anulação do julgamento.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela

Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

